

Acordo Coletivo de Trabalho

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MONTES CLAROS E REGIÃO - MG, CNPJ N. 19.777.689/0001-93, NESTE ATO REPRESENTADO (A) POR SEU PRESIDENTE, SR. OSANAN GONCALVES DOS SANTOS; CARDOSO E RUAS COMERCIO DE ÁGUA MINERAL (NOEL GAS), CNPJ 41.860.743/0001-19, NESTE ATO REPRESENTADO POR, HEVERTON HENRIQUE CARDOSO DE SOUZA; INSCRITO NO CPF 079.725.686-50; CELEBRAM O PRESENTE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, ESTIPULANDO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PREVISTAS NAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

PREÂMBULO:

As partes decidem firmar o presente Acordo Coletivo de Trabalho como aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho já homologada entre a entidade Laboral e a entidade Patronal, ratificando, portanto, todas as demais cláusulas da norma coletiva vigente, a qual passa a integrar o presente termo de acordo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de dois anos que inicia em de 1º de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro, devendo em fevereiro de 2023 as partes retomar as negociações em relação as cláusulas econômicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho aplicável no âmbito das empresas acordantes, abrangerá a categoria dos empregados de todas as filiais da empresa em Montes Claros.

CLÁUSULA TERCEIRA - PLANO ASSISTÊNCIA A SAÚDE E AUXÍLIO À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE LABORAL.

PARAGRAFO PRIMEIRO

O Plano de Assistência à Saúde e Auxílio a manutenção dos Serviços de Assistência à Saúde do Trabalhador, será mantido pela empresa, empregados e entidades Sindicais, devendo cada parte cumprir o ajustado neste instrumento, da seguinte forma:

- I. Ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Montes Claros e Região caberá a organização e a administração do Plano de Assistência à Saúde e Auxílio a manutenção dos Serviços de Assistência à Saúde do Trabalhador representado.
- II. Fica ajustado um auxílio em benefício dos empregados, a ônus dos empregadores, para custeio de benefícios concedidos pelo Sindicato Laboral no valor **R\$22,00 (Vinte e Dois Reais)** mensais por empregado, que será repassado a Título de crédito ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Montes Claros e Região, até o décimo dia do mês subsequente através de boleto bancário fornecido pela entidade laboral.
- III. As empresas, obrigatoriamente, contribuirão mensalmente com a importância correspondente ao valor de R\$22,00 (Vinte e Dois Reais) por empregado, para custeio dos

Acordo Coletivo de Trabalho

benefícios concedidos pelo Sindicato Laboral, importância esta, que será paga a título de crédito ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Montes Claros e Região.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O auxílio que visa fortalecer os benefícios concedidos aos empregados pelo sindicato laboral, consiste em prestar atendimento médico nas dependências da entidade sindical profissional ou em outro local por ela indicado, através de profissionais selecionados e indicados pelo sindicato profissional tendo por objetivo suprir as necessidades básicas da área de saúde, atendendo preventivamente através de consultas médicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica estabelecido que a utilização das consultas acima informadas será concedida na proporção de uma consulta por mês e por empregado.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica estabelecido que para os dependentes dos funcionários possam também utilizar dos benefícios fornecidos pelo Sindicato, o empregado deverá associar-se ao sindicato contribuindo mensalmente com o valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

PARÁGRAFO QUINTO

Por se tratar de benefício concedido aos trabalhadores através de Norma Coletiva de Trabalho, o sindicato profissional possui legitimidade para exigir o cumprimento dos dispositivos pactuados nesta cláusula, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento Normativo, servindo o presente Termo de Acordo Coletivo como documento para ratificação de todas as cláusulas pelos signatários.

PARÁGRAFO SEXTO

Também caberá como ônus do Sindicato Laboral, subsidiar através deste plano a manutenção das despesas referente à medicina do trabalho que recaírem sobre os empregadores, tais como: Atestados médico Admissionais e demissionais, e elaboração de PPP, além da manutenção do departamento jurídico para assistência patronal, condicionando a composição das duas entidades e suas diretorias através de reuniões formatadas em ata. Ressaltando totalmente esclarecido, que os ASOS emitidos de forma avulsa, na condição de empresa que não esta atendendo os requisitos necessários às informações obrigacionais do E-social, correrá por conta e risco total da empresa às omissões geradas junto ao fisco e TEM.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Plano Assistência à Saúde e Manutenção dos Serviços de Assistência previsto no caput desta Cláusula conta com atendimento médico nas especialidades: Clínico geral, Ginecologia, Pediatria, Cardiologia, Ortopedia, Dermatologia, Psiquiatria, Psicologia, Gastroenterologia e Nutricionista, prestados pelo sindicato profissional tendo por objetivo suprir as necessidades básicas da área de saúde, sendo atendidos na Clínica dos Comerciantes, situada à Rua Dom João Pimenta, 550, Centro, Montes Claros-MG.

Acordo Coletivo de Trabalho

CLÁUSULA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS.

As empresas, como simples intermediárias, desde que autorizadas em assembleia Geral pelos integrantes da categoria, associados e não associados, descontarão da remuneração de seus empregados, em todos os meses de vigência da presente convenção, a importância fixada pela Assembleia Geral da Categoria, limitada a 1%(um por cento) ao mês, recolhendo os valores em prol da Entidade Sindical Profissional, a título de Contribuição Assistencial, o Sindicato Profissional deverá observar a legislação em vigor e o já existente Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Sindicato laboral e o Ministério Público do Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O desconto previsto no *caput* será efetuado por ocasião do pagamento do salário de todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, e de todos os que vierem a ser admitidos no curso da vigência da deliberação da Assembleia Geral da Categoria Profissional, que expressamente autorizaram o referido desconto sendo a importância correspondente recolhida ao Sindicato Profissional até o 5º (quinto) dia útil da data de cada desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O recolhimento dos valores além dos prazos estabelecidos será acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros moratórios e atualização monetária pela variação do IGP-M.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O Sindicato Profissional ficará responsável e responderá individualmente por quaisquer reclamações judiciais ou extrajudiciais, que decorram do desconto previsto no *caput*, ficando o Sindicato Patronal e as empresas, isentas de qualquer responsabilidade pelo efetivo desconto.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica assegurado aos empregados o direito de desistência ou oposição ao referido desconto, desde que formalmente comunicado ao Sindicato, pessoalmente, individualmente e de próprio punho, contra recibo, até, no máximo, 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura desta, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA – DÉBITO RETROATIVO

A Empresa se compromete a pagar os débitos retroativos Referente ao Plano básico de Saúde Dezembro/2021 e Janeiro e Fevereiro/2022; Contribuição Assistencial Fevereiro/2022.

Ficando; 6 X 383,00 (seis vezes de trezentos e oitenta e três reais) no boleto bancário.

1º Pagamento dia 16/03/2022.

2º Pagamento dia 18/04/2022.

3º Pagamento dia 16/05/2022.

4º Pagamento dia 17/06/2022.

5º Pagamento dia 15/07/2022.

6º Pagamento dia 16/08/2022.

Acordo Coletivo de Trabalho

CLAUSULA SEXTA – CARTÃO BENEFÍCIO, CARTÃO ADIANTAMENTO

A empresa se compromete a cumprir a Cláusula Décima Sétima e seus Parágrafos da Convenção Coletiva de Trabalho em até trinta dias após a assinatura desse acordo.

CLAUSULA SÉTIMA – MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Fica instituída multa convencional equivalente a **R\$ 200,00 (Duzentos Reais)**, por mês e por empregado, para a hipótese de não concessão dos benefícios. O valor da multa será revertido em partes iguais para o empregado e para a entidade laboral conveniente, perdendo ainda a empresa todos os demais benefícios da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, especialmente a perda do direito de utilização do sistema de REPIS, independente de certificado já expedido em favor da mesma.

Montes Claros, 04 de Março 2022.



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MONTES CLAROS E REGIÃO-MG
PRESIDENTE - OSANAN GONÇALVES DOS SANTOS



CARDOSO E RUAS COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL
HEVERTON HENRIQUE CARDOSO DE SOUZA
CPF 079.725.636-50